



CARTA DE ARACAJU

Nós, participantes do **III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública (ComPública)**, reunidos em Aracaju, reafirmamos o compromisso com uma comunicação pública democrática, transparente e cidadã. A comunicação pública é um dos pilares do regime democrático.

Diante da crescente frequência dos desastres associados a eventos extremos, destacamos o papel social da comunicação pública nas ações, iniciativas, programas e políticas de gestão de riscos e de desastres. Na emergência climática, a **comunicação pública pode contribuir para a proteção de vidas, por meio da promoção do diálogo entre os diversos setores da sociedade**. É imprescindível a produção e divulgação de informações qualificadas, acessíveis e baseadas no conhecimento técnico-científico e nos saberes, memórias e vivências locais, enfatizando seu caráter de utilidade pública.

O direito à informação requer que o Estado esteja preparado para oferecer acesso a canais de informação e de interação com a população - de forma perene e imediata. Romper com o padrão de atender as demandas sociais depois de intensa e longa pressão requer a presença da comunicação pública em todas as ações, programas e políticas de Estado.

Ressaltamos, em particular, a relevância estratégica da comunicação pública no âmbito do recém promulgado Decreto nº 12.652/2025, que “estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil que nortearão a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)”. A atuação conjunta do Governo Federal, estados e municípios na prevenção e resposta a desastres demanda uma comunicação coordenada, contínua e efetiva, visando a conscientização, capacitação e mobilização social, sobretudo frente à emergência climática e aos seus impactos assimétricos.

Cabe observar que o êxito do Plano vai depender da capacidade da administração pública de articular e ouvir as vozes das comunidades e famílias atingidas, de modo que a resposta às emergências, ultrapassando os picos de repercussão e comoção, esteja alicerçada em comunicação preventiva constante e efetiva, adaptada aos contextos e circunstâncias locais.

No detalhamento do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, a ser instituído, a **ABCPública ressalta a escuta ativa e a retroalimentação como pilares essenciais para a proteção da vida.** A criação de protocolos, manuais e guias de comunicação para o enfrentamento da emergência climática deverá ser pautada pelo diálogo e colaboração das populações atingidas. A ABCPública está comprometida a desenvolver diretrizes, metas e indicadores de comunicação para viabilizar e potencializar os fundamentos e orientações do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, estabelecido pelo Decreto 12652/2025. Comunicação salva vidas e atenção especial deve ser dirigida aos grupos sociais historicamente vulnerabilizados, mais expostos a riscos de desastres, como crianças, idosos, negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, e pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e moradores de áreas de risco, como encostas ou margens de rios.

É fundamental reconhecer a necessidade de estruturas de comunicação pública profissionalizadas, concursos permanentes para ingresso de novos quadros, garantindo qualificação técnica e continuidade, essenciais para uma gestão pública eficaz e ética, inclusive nas respostas às crises socioambientais.

Defendemos a valorização do cidadão como centro das políticas públicas. A Lei de Acesso à Informação (LAI) deve ser fortalecida como pilar da transparência e da prestação de contas. Reiteramos nosso respeito à imprensa e apoio incondicional à luta cotidiana contra a propagação de desinformação, bem como alertamos para a inadiável regulação dos monopólios que controlam o fluxo de comunicação nas redes sociais

Por fim, dada a centralidade das informações na formulação e execução de políticas públicas, é necessária a inclusão de disciplinas específicas de comunicação pública no ensino superior do país por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Qualificar a formação irá fortalecer o direito à informação, reduzir a desinformação e construir bases sólidas para a democracia.

Reafirmamos nossa missão de contribuir para a formação de uma rede de comunicadores públicos cuja legitimidade seja baseada no **protagonismo dos cidadãos e no dever de assegurar amplo acesso às políticas públicas.**

Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública)

Aracaju, 22 de outubro de 2025.